

SUBJETIVIDADE E AUTORIA

Lígia Negri*
Reny Gregolin*

Considerações preliminares

Como caracterizar a subjetividade em AD, hoje? Já é uma tradição em análise do discurso questionar-se a manifestação da subjetividade no discurso em contraposição a uma vertente mais radical que considera o total assujeitamento do falante. Possenti (1998)¹ argumenta contra esta última perspectiva mostrando que ela está inserida no mesmo modelo teórico (estruturalista) que originalmente herda a concepção de um sujeito onisciente-livre, cuja problematização, por meio das relações que o estruturalismo estabelece com o marxismo e com a psicanálise, conduz à negação desse sujeito e portanto à concepção de seu total assujeitamento. Tal abordagem, para o autor, é apenas o extremo oposto da mesma concepção epistemológica centrada no par solidário língua/fala; sujeito/não-sujeito. Para Possenti, a reformulação estruturalista apaga completamente a possibilidade da manifestação da subjetividade, quando, para ele, essa é uma má interpretação, como ressalta numa passagem, apresentada por Eribon, em que Lacan interpela Foucault sobre a questão do autor:

* Universidade Federal do Paraná.

1 POSSENTI, S. Notas sobre condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 35, p. 95-107, 1998.

Depois, em resposta à intervenção de Lucien Goldman, que se inquietava com a “negação do homem em geral, e a partir daí, do sujeito e também do autor”, Lacan continua: “Desejaria lembrar que, com ou sem estruturalismo, não se trata absolutamente, no campo vagamente determinado por esse rótulo, da negação do sujeito. Trata-se da dependência do sujeito, o que é extremamente diferente... (Eribon, apud Possenti, 1998, p. 99)

Possenti prossegue:

Que se possa ter pensado que o estruturalismo postulasse a negação do sujeito é um fato que se deve a certas afirmações que foram lidas (justificadamente, a meu ver) naquela direção, e tornaram um lugar comum associar o estruturalismo à morte do sujeito – pelo menos, à morte de um certo sujeito. Se o estruturalismo aparece associado de alguma forma ao marxismo e/ou à psicanálise, o fim de um certo sujeito pode ser tornado equivalente à morte efetiva de todo o sujeito... (Possenti, 1998, p. 99-100)

A concepção mais radical em AD recusa, ainda hoje, qualquer manifestação da subjetividade e só reconhece a emergência do discurso da corporação, da classe, da entidade ou agremiação. Contudo, as vertentes mais recentes trabalham com a manifestação da autoria, procurando detectar marcas do sujeito no discurso por ele produzido, a partir da noção bakhtiniana de heteroglossia, numa perspectiva dialógica, qualquer que seja a base teórica dessas orientações – seja da perspectiva da heterogeneidade discursiva, tal como proposta por Authier-Revuz (1990);² da tradição foucaultiana, ainda que revisitada, como em Possenti; ou mesmo, de uma perspectiva que toma o modelo indiciário de Ginzburg (1989),³ em trabalhos seja de lingüística textual seja de aquisição da linguagem escrita. Essas orientações recusam a noção de sujeito onisciente do iluminismo, e mesmo do estruturalismo, e buscam, a partir de correntes que revelam a manifestação da

2 AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, Campinas, 1990.

3 GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. Tradução de: Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

fala do outro nos discursos produzidos pelo falante, manifestações da autoria nos enunciados produzidos.

É a partir dessa perspectiva que vamos considerar os textos aqui tomados para análise. São textos publicados numa seção reservada ao autor – Diogo Mainardi – portanto assinados, num gênero que poderia aproximar-se da crônica, em uma revista de circulação nacional, a revista *Veja*.⁴ Nesse sentido, analisar a produção discursiva de um autor em particular, supõe reconhecer traços peculiares nesse discurso, comumente designados como estilo.

Bakhtin (1992),⁵ no célebre artigo em que discute os gêneros do discurso, afirma que o estilo só aparece no interior de um gênero, ele não se manifesta independentemente deste. Nesse sentido, considerando-se o gênero, é de se esperar que o autor de uma crônica apareça no seu texto.

Nesse caso, a primeira questão que nos intriga aqui é saber em que consiste essa subjetividade, ou se quisermos, em que consiste o estilo de Diogo Mainardi.

Discutindo o estilo individual

Ainda segundo Bakhtin, no texto já mencionado “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (p. 282) e ainda “o enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera de comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve).” (p. 283)

Segundo Possenti (2001), é necessário precisar a noção de autoria e ele irá caracterizá-la a partir de Foucault (1969) e Chartier (1994),⁶ especialmente centrado em duas noções foucaultianas de autor – a primeira que considera a noção de ‘autor’ correlacionada à noção de ‘obra’, esta caracterizada por uma certa unidade que seria conferida pelo autor em decorrência de determinada(s) propriedade(s); a segunda que corresponde à noção de autor como “fundador de discursividades”, como Freud e Marx, por exemplo. Para resolver a questão de como identificar a presença de um autor num texto, Possenti aponta como

4 Os artigos aqui analisados constam, na íntegra, em anexo, ao final deste artigo.

5 BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

6 Cf. POSSENTI, S. Indícios de autoria (a propósito de textos de vestibulandos). Relatório CNPq 303984-85(6), 2001. Mimeog.

uma das ferramentas possíveis o paradigma indiciário de Ginzburg. Diferentemente das ciências galileanas, o paradigma indiciário , eminentemente qualitativo, baseia-se no método abdutivo, em que o rigor científico passa a ser construído não mais por comprovações estatísticas experimentais ou matemáticas, mas sim pela relevância das pistas analisadas e na acuidade das inferências efetuadas. Assim, é a singularidade dos dados que importa e não a regularidade. Nesse modelo, segundo Quartarolla (1994),⁷ o “rigor flexível” ao se fazer ciência permite aliar a intuição do investigador à iluminação dos dados singulares, o que permite formular hipóteses explicativas interessantes para aspectos da realidade não captados por outros modelos. Essa é uma das possibilidades de se captar a subjetividade de um autor como Diogo Mainardi, mas mais do que isso, o recurso é o de iluminar algumas pistas ou indícios do seu texto para revelar essa subjetividade.

Ainda nessa esteira teórica que considera a possibilidade de ‘autoria’ nos discursos produzidos estão Faraco e Negri (1998)⁸ que afirmam “O falante tem, desse modo, a possibilidade de individualizar-se e de individualizar seu discurso não por meio de uma atualização das virtualidades de um sistema gramatical (como querem a Lingüística e a Estilística), ou da expressão de uma subjetividade pré-social (como queriam os românticos), mas na interação viva com as vozes sociais. *Autorar*, nessa perspectiva, é orientar-se na atmosfera heteroglótica; é assumir uma posição estratégica no contexto da circulação das vozes sociais; é explorar o potencial da tensão criativa da heteroglossia dialógica.” (p. 169)

É pautadas por essas concepções de autoria que iremos conduzir a análise dos textos selecionados.

O estilo “Diogo Mainardi”

No espaço em que apresenta sua coluna numa revista semanal, Mainardi discorre sobre os mais variados assuntos, especialmente os mais carentes do momento, num formato que se poderia caracterizar como crônica. Como autor, ele é identificado pelos leitores como possuidor de um estilo singular, especialmente caracterizado pelo recurso à ironia.

7 QUARTAROLLA, A. Relatório de pesquisa/CNPq. 1994. Inédito.

8 FARACO, C. A.; NEGRI, L. O falante: que bicho é esse, afinal? *Revista Letras*, Curitiba, n. 49, p. 159-170, 1998.

Procuraremos ilustrar e detectar os eixos que sustentam a arquitetura discursiva de Mainardi a partir de alguns exemplos extraídos da coluna “É duro ser bebê brasileiro”, de 17 de janeiro de 2001, que versa basicamente sobre o desejo do pai/autor de “querer que o seu filho, por algum *insondável* motivo, seja pelo menos um pouquinho brasileiro.” Para tanto, o recurso de que ele diz se servir, nessa coluna, em virtude de morar no exterior, é o de falar somente português e, quando falta assunto, entoar cantigas da sua infância. De uma forma geral, Mainardi estrutura seu discurso basicamente em alguns eixos, a saber:

- a) explicitação de *opinião pessoal* (aliás isso é o esperado de um cronista) – “Crianças são sádicas”; “Pior ainda é a aberração patriótica de ‘Marcha soldado, cabeça de papel’”;
- b) centra a fundamentação em *argumentos de autoridade*, isto é, busca respaldo intelectual ou erudito para o que afirma, na verdade, seguidamente *exibe erudição* seja através de citações ou de escolhas lexicais – “O que eu me recuso a cantar é aquela execrável *corruptela* ‘berrô’”; “Aliás, alguém poderia me informar o significado exato de caxangá? Segundo o Aurélio, trata-se de um ‘crustáceo decápode’”; “Em primeiro lugar, a Cuca é um monstro extinto. Só sei descrevê-lo porque consultei o *inestimável Câmara Cascudo*.;”
- c) estabelece com o interlocutor um *díálogo polêmico*, na medida em que pressupõe um *ouvinte passivo*, na maioria das vezes *medíocre*. Um leitor que pauta seu julgamento da realidade no senso comum, contrariamente, o autor coloca-se como um locutor instruído, culto, ‘acima da média’ – “Além disso, há uma barreira social que me separa dessa cantiga (*Nana neném*): meu filho sabe que nunca precisei pegar numa enxada e que sua mãe é incapaz de pregar um botão.”; “Impressionante como a gente é ruim de cantiga”– identificação com o leitor ‘a gente’ só quando o que os une é negativo;
- d) *polemiza* com esse interlocutor através da *ironia* e do questionamento do senso comum – “Crianças são sádicas. Admito que elas se divirtam com a imagem de um gato morto a pauladas. O que eu me recuso a cantar é aquela execrável *corruptela* ‘berrô’”. – “Eu, me recuso, vocês cantam e nem se questionam.” – Ou ainda, ““O quartel pegou fogo. Maria deu sinal: acode, acode, acode a bandeira nacional.’ Como assim? O quartel pega fogo e, em vez de pensar em salvar os pobres soldados presos no quartel, Maria se preocupa com a bandeira nacional? ”, em que novamente parece que somente o autor se questiona sobre o nonsense contido na letra da cantiga infantil.

Pode-se, ainda, caracterizar o autor segundo o paradigma indiciário a partir de pistas que são a ironia, a seleção lexical e a invocação de argumentos de autoridade.

Brait (1999),⁹ a respeito da ironia, afirma que “a força argumentativa da construção irônica, indiretamente indicada mas obrigatoriamente partilhada pelas instâncias de produção e recepção, parece ser um dado incontestável na construção dos efeitos irônicos de sentido”. A ironia, portanto, põe em jogo a subjetividade e a alteridade no discurso, uma vez que depende dessa dualidade para a obtenção de seu efeito de sentido. A ironia permite visualizar, ainda segundo a autora, pela argumentação crítica e indireta, as formas das relações estabelecidas entre discurso, instituição e história.

Antes de passarmos a análise dos textos que nos interessam mais especificamente, vale ressaltar ainda as características gerais que textos dessa natureza apresentam – uma dimensão discursiva sociocultural em que o alcance da intertextualidade e interdiscursividade é produto das particularidades que envolvem essa interação.

Assim, a ironia nos textos de Mainardi depende necessariamente da recepção que os leitores fazem de seu texto, das representações sociais e históricas que fazem dos tópicos abordados pelo autor, e, certamente, depende da representação que o autor faz de seu interlocutor para que possa “chocá-lo” com esse recurso.

Análise de dois “testemunhos”

Os textos “Meu pequeno búlgaro” (09/maio/2001) e “O público e o privado”, da semana seguinte (16/maio/2001), tratam de um problema pessoal do autor – o diagnóstico de paralisia cerebral em seu filho de 7 meses. Pelas razões já expostas nas seções precedentes, vimos que não só podemos reconhecer marcas da subjetividade do autor como também marcas muito peculiares desse autor em particular. Pretendemos verificar nos textos selecionados como isso se dá uma vez que o tópico selecionado pelo autor é *subjetivo*, aliás, mais do que isso, é *íntimo*.

9 BRAIT, B. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

“Meu pequeno búlgaro” (09 de maio de 2001)

O primeiro texto começa de chofre, sem nenhuma introdução, com a frase “Diagnosticaram uma paralisia cerebral em meu filho de 7 meses”. Essa abertura muito provavelmente quer chocar o leitor. Eu, autor, estou chocado com a notícia e não quero poupar meu leitor com sutilezas, vou direto ao ponto. Além disso, o autor busca ser elogiado pela “franqueza” com que trata a questão.

O texto prossegue: “Vista de fora uma notícia do gênero pode parecer desesperadora. De dentro, é muito diferente. Foi como se me tivessem dito que meu filho era búlgaro. Ou seja, nenhum desespero, só estupor”.

Aqui o autor, ao mesmo tempo que revela um fato da sua subjetividade mais íntima, distancia-se desse sujeito fazendo racionalizações: oposição fora/dentro do problema, deslocamento do problema – de um sério problema neurológico a questão passa a ser a do estranhamento de outra “cultura”. Além disso, o autor acredita estar atenuando a sensação quando diz “nenhum desespero, só estupor”. Contudo, parece-nos que o estupor é um dos estágios mais avançados do desespero, aquele em que nem reações mais são possíveis, é o topo da escala, é acatonia.

O texto continua:

Se eu descobrisse que meu filho era búlgaro, minha primeira atitude seria consultar um almanaque em busca de informações sobre a Bulgária: produto interno bruto, principais rios, riquezas minerais. Depois tentaria aprender os seus costumes e a sua língua, a fim de poder me comunicar com ele. No caso da paralisia cerebral, fiz a mesma coisa. Passei catorze horas por dia diante do computador, fuçando o assunto na internet. Memorizei nomes. Armazenei dados. Conferi estatísticas.

Novamente, podemos observar que o autor desloca-se da posição de sujeito afetado pela fatalidade e coloca-se na posição de estudioso do problema, do indivíduo que deve e pode apreender racionalmente a dimensão de seu fado. A enumeração das atitudes do intelecto para apreensão daquilo que se desconhece vai da familiarização com uma cultura desconhecida à familiarização com o diagnóstico do filho. O sujeito afetado não está presente na produção do

discurso, aqui o autor reflete e opera com distanciamento intelectual sobre o problema de um outro, que apenas física e casualmente é ele mesmo.

Ele assim continua:

Um dia meu filho talvez reclame desta coluna, dizendo que tornei público seu problema. O fato é que a paralisia cerebral é pública. No sentido de que é impossível escondê-la...

Eu sempre pertenci a maiorias. (a)¹⁰ Pela primeira vez, faço parte de uma minoria. *É uma mudança e tanto.* (a) Como membro da maioria, eu podia me vangloriar de meu *suposto* (a, d) individualismo. ‘Agora a brincadeira acabou’. (mudança de tom discursivo, tange a informalidade) Assim que soube da paralisia cerebral de meu filho, *busquei apoio da comunidade*, ‘entrando em tudo que é [novamente, informal] *fórum da internet*’ para ouvir o que outros pais em minha condição tinham a dizer sobre os efeitos colaterais do Baclofen ou sobre a eficácia de tratamentos menos ortodoxos, como a roupa de elásticos dos astronautas russos usada numa clínica polonesa.

A busca de apoio da comunidade, portanto a integração social com outros que têm o mesmo problema, na verdade, não é uma identificação com o outro, nem uma declaração de integração com um grupo com o mesmo traço comum – a comunidade é a virtual, da internet, que pode fornecer-lhe conhecimento, informação, mas, mais do que isso, garantir-lhe uma certa privacidade, o anonimato. Observemos a seqüência:

A paralisia cerebral de meu filho também *me fez compreender* (a) o peso das palavras. *Eu achava que as palavras eram inofensivas* (a), que não precisavam de explicações, de intermediações. *Para mim o politicamente correto era puro folclore americano* (a, c, d). Já não penso assim. Paralisia cerebral é um termo que dá medo. É associado, por exemplo, ao retardamento mental. *Eu*

10 As letras entre parênteses remetem aos itens referentes aos principais eixos discursivos de Mainardi expostos no item “O estilo ‘Diogo Mainardi’” do presente artigo.

não teria problemas (a) se meu filho fosse retardado mental. *Minha opinião sobre a inteligência humana é tão baixa* (d) que não vejo muita diferença entre uma pessoa e outra. *Só que* meu filho não é retardado. E acho que não iria gostar de ser tratado como tal.

Nesse trecho, gostaríamos de destacar algumas escolhas do autor. Quando ele diz que não teria problemas se o filho fosse retardado mental, ele de fato o tem, senão não teria selecionado o aspecto condicional para *teria*. Pode ser que ele estivesse pensando em um certo tipo de problema, o da classificação e reconhecimento da síndrome, mas de fato ele tem um problema. Isto é, faz parte das representações sociais e culturais do leitor e dos pais, reconhecer o “retardamento mental”. A seguir, quando inicia novo período com a locução *só que* com valor adversativo, ele pretende impedir a conclusão do leitor reorientando a direção argumentativa para a qual este tendia, a saber a conclusão de que o bebê é ‘retardado’, o que o autor nega taxativamente, preservando-se. Vejamos ainda:

Considero-me um escritor cômico (a). Nada mais cômico, para mim, do que uma esperança frustrada. Esperança frustrada no progresso social, na força do amor, nas descobertas da ciência. Sempre trabalhei com essa ótica antiiluminista (b). Agora cultivo a *patética* (d) esperança iluminista (b) de que nos próximos anos a ciência invente algum remédio capaz de facilitar a vida de meu filho. E, se não inventar, passei a acreditar na força do amor. Amor por um pequeno búlgaro.

No fecho da coluna, o autor se insere em um gênero particular, o cômico, reitera sua profissão de fé contra a ótica iluminista e, portanto, contra o que ele implicitamente supõe ser o senso comum, a crença fervorosa dos demais, mas declara a conversão movido pela questão pessoal, ainda que a classifique como *patética*. Novamente, quando ele se iguala aos demais *mortais* a marca de integração é negativa. Declara que passa a ter esperança, mas não uma esperança qualquer – a esperança na ciência (novamente é o traço da racionalidade intelectual que se sobressai), e daí sim, se esta falhar, isto é, deixá-lo na mão, então a última

crença possível é na força do amor – não o amor pelo *filho* (porque essa declaração revelaria o sujeito afetado), mas o amor por *um pequeno búlgaro*, a metáfora lingüística elaborada racionalmente pelo autor racional que direciona as suas escolhas lexicais.

“O público e o privado” (16 de maio de 2001)

O texto da semana seguinte retoma o anterior quase como um arrependimento. Nele, Diogo Mainardi inicia com a seguinte indagação “Até que ponto uma pessoa deve tornar público um assunto privado?” fazendo o seu *mea culpa* pela coluna anterior, dizendo literalmente “Andei pensando nisso depois de escrever o artigo da semana passada.” A locução verbal dessa confissão “andei pensando” pode nos conduzir à interpretação aspectual do durativo, mais extensa do que de fato o limite temporal que o autor impõe: “depois de escrever o artigo da semana passada”. De fato, o autor não vem pensando nisso com relação à sua prática de escritor, mas sim após ter revelado sua intimidade. Para que esse gesto não seja criticado ele invoca o respaldo em outros que assim o fizeram – comportamentos que *autorizem* a sua ação. Ele, então, irá citar inicialmente Marie Killilea que já em 1952 publicou um livro sobre sua filha Karen (com o mesmo diagnóstico do filho dele). Assim, não só o autor está respaldado como o caso precedente é antigo, não há nenhuma novidade nem mesmo heresia em fazer isso. Mainardi ainda compara a relevância dos dois testemunhos, com prejuízo para o seu – o de Killilea teve o mérito de difundir a fisioterapia no tratamento de crianças com paralisia cerebral, o seu, incomparavelmente menos útil, apenas ajuda a espantar alguns fantasmas. Minimiza portanto o seu caso particular, “exibindo sem muito pudor o caso de seu filho a fim de demonstrar que não é nenhuma tragédia” (suas próprias palavras). Não precisamos nem ressaltar a expressão “não é nenhuma tragédia”, nem enfatizar o uso de “sem *muito* pudor”, para reiterar que de fato houve pudor ao divulgar o diagnóstico do filho e que portanto, ao que parece, é o autor que precisa ser convencido de que não é nenhuma tragédia, razão pela qual ele escreve a respeito – para se convencer, para entender (captar pelo intelecto e portanto atenuar o sentimento de tragédia), portanto, para exorcizar a sentença médica.

Esse segundo texto versa, fundamentalmente, sobre outros pais que revelaram a ‘doença’ de seus filhos, ou indivíduos que divulgaram seus diagnósticos desfavoráveis e suas justificativas para tal atitude: Hornby que

publicou uma coletânea de contos em que parte da arrecadação da venda reverteu para instituições especializadas no tratamento de crianças autistas (caso de seu filho); Bayley que escreveu um livro de memórias sobre o caso de sua mulher, portadora do mal de Alzheimer; portadores de câncer que têm necessidade de falar sobre sua doença, como o cineasta italiano Nanni Moretti; e, ainda Susan Sontag que nas palavras de Mainardi “em vez de seguir o caminho da autobiografia, escrevendo a respeito do próprio câncer, *ela preferiu investigar a doença com grande distanciamento intelectual*, no ensaio *A Doença como Metáfora*”. Novamente, o autor em tela marca-se como sujeito de seu discurso ressaltando sua erudição, seu *status* de cidadão letrado e do mundo, o seu conhecimento do quadro cultural citando os casos de um escritor inglês, um crítico literário, um cineasta italiano e uma escritora americana. Ele não só tem conhecimento desse mundo, como no seu caso particular, ele está junto da “mais fina companhia”. Ele ainda enfatiza a atitude de Sontag que escreveu um *ensaio*, um gênero literário que privilegia a razão e a argumentação. Para alguns dos casos ele alega como atenuante uma doação de fundos para as causas a eles ligadas, em outros ele imputa uma manipulação da exposição da doença em benefício financeiro do autor. Ele irá dizer “A caridade é um excelente motivo para revelar a própria intimidade. Como não doe o dinheiro do artigo da semana passada, não posso me justificar dessa maneira”.

Mainardi assim termina esse artigo: “Não sei se é correto tornar público um assunto privado. Provavelmente não. Às vezes, porém, não existe um jeito correto de agir.”

Esse fecho revela-nos, ideologicamente, outro autor, ou melhor, uma outra faceta desse autor, que não havia emergido nos discursos anteriores: o autor admite não ter opinião formada sobre a questão, e não é essa a sua atitude no mais das vezes, essa manifestação da dúvida – provavelmente, às vezes – é ainda mais contundente se considerarmos que ela conclui o seu texto. Ele ainda afirma como fecho a tolerância em relação ao comportamento humano, uma flexibilidade inusitada para um autor de opiniões firmes e afirmações categóricas.

A questão da representação social

Segundo Moscovici (1978),¹¹ as representações sociais operam como um sistema cognitivo, com lógica e linguagem particulares que ordenam e explicam a realidade social (tanto física como imaginária).

Seguindo a mesma orientação teórica de Caron (2000),¹² para analisar discursos de professores, podemos dizer que os textos de Mainardi contêm indícios de uma representação social que determina sujeitos e conhecimentos, e fornece modelos que circulam na sociedade mediando as relações humanas.

Tais representações, estudadas sob a ótica da psicologia social, definem-se pelo que é cultural e coletivamente construído, concebidas como um mecanismo sociocognitivo que intervém nos processos de produção do conhecimento.

A partir desses enfoques, não pretendemos discutir aqui a existência ou não do quadro patológico, pois essa discussão não procede se se assume o conceito de representação social, que assume que não há um limite entre o considerado normal e o patológico. Cada uma constitui uma representação que revela a existência de sentidos construídos coletivamente, de valores e “mitos”, pois existem mecanismos psicosociais que condicionam a construção dos sentidos, ressalvando-se os valores comuns da sociedade.

Os pais nesses casos estariam, então, reproduzindo a estigmatização do indivíduo feita pela sociedade, que classifica os casos com relação a uma ‘normalidade’ dos demais. Contudo, para essa orientação teórica, o ‘normal’ e o ‘estigmatizado’ não são os “indivíduos”, mas as “perspectivas”.

A leitura da coluna de Mainardi provoca um processo de produção de sentido que coloca em jogo conhecimento de mundo e conhecimento enciclopédico. Por essa razão, hipóteses sobre a caminhada interpretativa do leitor podem ser feitas através do paradigma indiciário, a partir de pistas reveladoras que permitem evidenciar que o autor pode ser enquadrado numa “minoría” (como ele mesmo afirma) – mas provavelmente numa maioria: a do senso comum – de pais que se defrontam com o “estupor” de terem um filho diferente.

Vista do seu interior, essa minoria sempre considera, como Mainardi, que “não se trata de nenhuma tragédia”, que o problema é leve, que há esperança.

11 MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

12 CARON, M. F. As relações da escola com a sociedade nos processos de diagnosticar/avaliar. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.

Assim, através dos indícios do texto, mesmo que a ironia fosse suspensa, a representação social dos pais que se deparam com o sujeito diferente estaria recuperada, o que corrobora o procedimento do modelo abdutivo em relação a um procedimento heurístico que busca a implicatura decorrente de um enunciado. Aqui, é o leitor que, ao delimitar as possibilidades de implicatura, pode inferir o pensamento de pais de filhos portadores de necessidades especiais. Podem ser reconstruídas implicaturas de discursos que à primeira vista pareceriam irrelevantes.

A construção de autoria de Mainardi permite-lhe dizer certas coisas que se fossem ditas explicitamente poderiam ser consideradas politicamente incorretas, socialmente falando. É o recurso à ironia que permite o esconderijo da dor, da revolta, do inconformismo dos pais. O leitor precisa buscar pragmaticamente, pela quebra brutal de sentido, o sentido provável para um enunciado aparentemente inadequado. O leitor tem que operar uma reinterpretação do discurso do autor a partir dos discursos sociais circulantes: “Minha opinião sobre a inteligência humana é tão baixa que não vejo muita diferença entre uma pessoa e outra.”

Será mesmo que o autor acha isso de toda a humanidade? Se assim fosse ele não se apresentaria textualmente como se apresenta, nem revelaria o seu choque com o diagnóstico do filho. Ou não?

A máscara usada por Mainardi, para escamotear a subjetividade é recorrente em muitos discursos de pais de alunos de escolas especiais, movidos pelas mesmas representações sociais.

Conclusões

As análises dos textos selecionados, seja do primeiro – utilizado como subsídio para caracterizar o estilo do autor –, seja dos dois últimos – objetos da análise propriamente dita, permitem afirmar que a autoria pode ser identificada nos textos de Mainardi a partir dos indícios aí encontrados – a ironia, a seleção lexical, as citações eruditas. O sujeito/autor aparece no discurso de Mainardi nas escolhas dos recursos lingüísticos de que o autor se serve, na manipulação da tensão criativa das diferentes vozes sociais e das representações sociais dos tópicos selecionados.

Os traços mais marcantes dessa autoria são a representação que o autor faz de si – um ilustrado, e de seu receptor – um sujeito mediano, quando não medíocre. E é justamente em virtude dessas representações que a ironia é o recurso lingüístico

mais expressivo, mais característico do seu texto. O autor depende da alteridade para os efeitos de sentido irônicos, depende de um pano de fundo comum com seu interlocutor para quebrar a orientação discursiva deste, para desestruturar as convicções desse outro, e, consequentemente, suas escolhas lingüísticas e temáticas estão diretamente ligadas a essas representações.

O sujeito aparece nos artigos selecionados de duas maneiras: o sujeito-autor e o sujeito-indivíduo. O primeiro se manifesta pela *subjetividade* e o segundo, pela *intimidade*. A subjetividade nos textos de Mainardi é sempre enfatuada, impostada – o autor é único pela singularidade das suas opiniões, pelo exercício da sua razão, pelo seu ‘livre-arbítrio’, afirma-se acima da massa e da maré da mediocridade. No entanto, quando a singularidade *de fato* se apresenta, no plano da intimidade, da vida privada, no plano do indivíduo, o autor retoma a máscara discursiva e assume o eu/articulista escamoteando assim para o nível anterior do sujeito-autor.

Possenti (1998) afirma que “...ser sujeito de um texto não significa criar fora das regras que historicamente constituíram gêneros, o que implica algum tipo de assujeitamento; mas também mostra, e é o que mais me interessa, que o sujeito não é apenas o ocupante eventual de um lugar de que um discurso se aproveita para acontecer. As manobras – regradas – do sujeito exercem um papel fundamental.” (p. 106)¹³

E Diogo Mainardi certamente manobra a linguagem e emerge como *autor*, tão marcante que *apaga o indivíduo*.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as marcas do sujeito, Diogo Mainardi, em três publicações assinadas na *Revista Veja* (edições 1683, 1699 e 1700). Serão as marcas lingüísticas, reveladoras da subjetividade do jornalista, que analisaremos à luz de uma perspectiva discursiva, tal como propõe Possenti (2001). Um acontecimento pessoal – o filho com necessidades especiais – provoca a quebra do estilo de Mainardi, habitualmente irônico, e de suas “regras básicas” de construção discursiva. A partir dessa análise, faremos algumas considerações sobre a representação que o autor faz de seu leitor, de si mesmo, do filho e de crianças de condição similar, bem como sobre a representação dos pais sobre essas patologias infantis.

Palavras-chave: discurso, subjetividade, autoria.

13 POSSENTI, 1998, op. cit.

ABSTRACT

The aim of this paper is analysing traces of the individual, Diogo Mainardi, within three columns of his authorship in Revista Veja (editions 1683, 1699 e 1700). We will analyse linguistic traces, revealers of the journalist's subjectivity, based on a discourse treatment, just like those proposed by Possenti (2001). A personal experience – a son handicapped – leads to a rupture in Mainardi's style, usually ironic, and to a breakage in his "basic rules" of discursive construction. Supported by the analysis, we will consider the author's representation of his reader, of himself, of his son and of children in similar condition, and we will consider also the parent's representation of this kind of neurological disorders.

Key-words: discourse, subjectivity, authorship.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, 1990.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRAIT, B. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- CARON, M. F. As relações da escola com a sociedade nos processos de diagnosticar/avaliar. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.
- FARACO, C. A.; NEGRI, L. O falante: que bicho é esse, afinal? *Revista Letras*, Curitiba, n. 49, p. 159-170, 1998.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. Tradução de: Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- QUARTAROLLA, A. Relatório de pesquisa/CNPq. 1994. Inédito.
- POSSENTI, S. Indícios de autoria (a propósito de textos de vestibulandos). Relatório CNPq 303984-85/6), 2001. Mimeog.
- POSSENTI, S. Notas sobre condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 35, p. 95-107, 1998.

ANEXO

DIOGO MAINARDI

É duro ser bebê brasileiro

Tento um filhinho pequeno. Ele está crescendo no exílio. Por algum insólito motivo, quero que ele seja pelo menos um pouquinho brasileiro. Falo-lhe apenas em português, para que ele tenha familiaridade com a língua. Quando fala assunto, entro uma carinha da minha infância. Ingresso assim como a gente é rítmico de carinha. Espero que alguém já tenha escrito um tratado a respeito.

"Metrô o pau no gato", por exemplo. Crianças são sádicas. Admira que elas se divertam com a imagem de um gato morto a pastadas. O que eu me recuso a cantar é aquela execrável compostela "heróis". Bem mais enigmática é "Escravos de Jô". Que eu saiba, o "Livre de Jô" não fala em escravos. Muito menos em escravos que jogavam canangá. Alors, alguém poderia me informar o exato significado de canangá? Segundo o Azevêdo, trata-se de um "ensinamento decípode"? É isso mesmo? Os escravos jogavam "craquelins decípodes"? Na hora de colocar meu filho para dormir, também enfrento grandes dificuldades. Não me sinto muito à vontade para cantar-lhe o tradiicional "Nana nem que a Cica vem pegar. Papai foi pra roça, mordre fôi esquecer". Em primeiro lugar, a Caca é um monstro estúpido. Só sei descrevê-lo porque conversei o inesquecível Camara Cascudo. Além disso, há uma barreira social que me separa dessa canagema filhão sobre que nunca precisei pegar nem ensaiar e que sua mãe é incapaz de pregar um bordão. O que dizer de "O motorista bonito, como é que se chama? Põe o lençol no bolso, deixa a pontinha de fora"? É essa refinada técnica de sedução que pregunto enviar ao meu filhão. Pior

ainda é a aberração patriótica de "Marcha sólida, cabeça de papel. Se não marchar direito, vai preso pro quartel. O quartel pega fogo, Maria das sinal acode, acode, acode a bandeira nacional". Credo assim? O quartel pega fogo e, em vez de pensar em salvar os pobres soldados presos no quartel, Marta se preocupa com a bandeira nacional?

Pensei em requerer a indicação mais recente. Sei que no Brasil tem um monte de gente que gosta direitinho com a triangulação. De nome,

contudo Xuxa e Angélica.

Nos discos de Xuxa, o único avanço é a própria Xuxa: "Dança da Xuxa", "Bandidinha da Xuxa", "Parabéns da Xuxa", "Rap da Xuxa", "Lambanrórica da Xuxa", "Amiguinha Xuxa", "Xuxa Park", "Remeleterixa". Imagino que cada uma dessas composições esteja associada a uma mercadoria. É o charme da "Plastica Xuxa". Prefiro mandar meu filhão para Míster. Fica mais próximo de mim.

A influência de Angélica pode ser ainda mais perigosa. "Eu sou a namorada, eu quero casar com você de vó e grinalda, pra ficar contigo todo o tempo que eu quiser". Ou: "Eu quero entender essa paixão, para que eu possa seguir por onde você for". Ou: "Ele é meu herói, príncipe encantado. Ele é meu cabobó, meu namorado. Ele pode ser tudo o que quiser, eu só quero ser sua mulher". Um modelo feminino um tanto quanto arcaico para uma criança do século XXI.

De agora em diante, meu filhão só vai ouvir o rapper americano Eminem. Ele fala de cachaça, tráfico de drogas, fugas da polícia, falso de dinheiros e facadas nas costas. É mais instrutivo.



DIOGO MAINARDI

Meu pequeno búlgaro

Diagnosticaram-me uma paralisia cerebral em meu filho de 7 meses. Vista de fora, uma notícia desse gênero pode parecer desesperadora. De dentro, é muito diferente. Fui como se me tivessem dito que meu filho era búlgaro. Ou seja, nenhuma desespero, só esforço. Se eu descobrisse que meu filho era búlgaro, minha primeira atitude seria consultar um almanaque e busca de informações sobre a Bulgária: produtão arménio bravo, principais rios, riquezas minerais. Depois tentaria aprender suas costumes e sua língua, a fim de poder me comunicar com ele. No caso da paralisia cerebral, fiz a mesma coisa. Passei horas por dia diante do computador, lendo e assistindo à internet. Memorei nomes. Armazenei dados. Confirmei estatísticas. Pelo que entendi, a paralisia cerebral confunde os sistemas que o cérebro envia aos músculos. Isso faz com que a criança tenha dificuldades para exercer a coordenação de movimentos. Meu filho tem uma leve paralisia cerebral de tipo espástico. Os músculos que devem alongar-se contorcem-se. Algumas crianças ficam completamente paralisadas. Outras conseguem recuperar a funcionalidade. É incrível. Mas há maneira de ajudar a criança a conquistar certa autonomia, por meio de cirurgias, estímulos ou fisioterapia.

Um dia meu filho talvez reclame dessa coluna, dizendo que tornou público seu problema. O fato é que a paralisia cerebral é pública. No sentido de que é impossível escondê-la. Na maioria das vezes, acaba alguém tipo de deficiência física, fazendo com que a criança seja marginalizada, estigmatizada. Eu sempre pertenço à maioria. Pela primeira vez, fiquei parte de uma minoria. É uma mudança é tanto. Como membro da maioria, eu

podia me vantegar de meu suposto individualismo. Agora a brutalidade acaba. Assim que soube da paralisia cerebral de meu filho, busquei apoio da comunidade, entrando em tudo que é fórum da internet para ouvir o que outros pais em minha condição tinham a dizer sobre os efeitos colaterais do Bachetec ou sobre a eficácia de tratamentos menos ortodoxos, como a roupa de elásticos dos estimulantes russos usada numa clínica prônica.

A paralisia cerebral de meu filho também me fez compreender o peso das palavras. Eu achava que as palavras eram inofensivas, que não precisavam de explicações, de intermediações. Para mim, o politicamente correto era para infeliz americano. Eu não pensava assim. Paralisia cerebral é um termo que dá medo. É associado, por exemplo, ao retardamento mental. Eu não teria problemático se meu filho fosse retardado mental. Minha opinião sobre a inteligência humana é tão baixa que não vejo muita diferença entre uma pessoa e outra. Só que meu filho não é retardado. E acho que não iria gostar de ser tratado como tal.

Considero-me um escritor zíndico. Nada mais óbvio, para mim, do que uma esperança frustrada. Esperança frustrada no progresso social, na força do amor, nas descobertas da ciência. Sempre trabalhei com essa ótica antialienista. Agora cultivo a patética esperança dominista de que nos próximos anos a ciência invente algum artifício capaz de facilitar a vida de meu filho. E, se não inventar, patético! penso a acreitar na força do amor. Amor por um pequeno búlgaro.



"Eu achava que as palavras eram inofensivas. Para mim, o politicamente correto era folclore. Já não penso assim"

DIÓGO MAINARDI

O público e o privado

Aíl que ponto uma pessoa deve tornar público um assunto privado? Andei pensando nisso depois de escrever o artigo de semana passada, em que falei sobre a paralisia cerebral de meu filho, Matia. Gente antes de mim já tratou do tema. Um dos melhores exemplos é o de Marie Käfife. Em 1952, ela publicou um livro sobre sua filha Karen. A intensa popularidade da obra ajudou a difundir a fisioterapia no tratamento de crianças com paralisia cerebral. Meu artigo é incomparavelmente menos útil. Não temos nada de bom a oferecer. Excepto, talvez, expiar alguns fantasmas, exibindo sem mais posos o caso de meu filho, a fim de demonstrar que não é nem huma tragédia.

O escritor inglês Nick Hornby também optou por expor sua vida privada. Ele tem um filho autista, que estuda numa escola especial. Por falta de verbas, poucas crianças têm acesso a tais escolas. No ano passado, Hornby reuniu contos inéditos de doze autores britânicos, entre os quais Roddy Doyle e Irvine Welsh, e publicou-os no volume *Speaking with the Angel* (Falande com o Anjo). Nenhum dos contos tem a menor relação com o autismo. De cada exemplar vendido, porém, 2 dólares vão para instituições especializadas no tratamento de crianças com esse tipo de problema. Em sua introdução, Hornby abre as portas de sua casa, descrevendo a angústia de conviver com um filho autista e a felicidade de ver o seu isolamento finalmente rompido.

A cordial é um excelente motivo para revelar a própria intimidade. Como não doer o dinheiro do artigo da semana passada, não posso me justificar dessa maneira. O crítico literário John Bayley também não. Em

1998, ele fez um livro de memórias relatando os efeitos do mal de Alzheimer sobre sua mulher, a escritora Iris Murdoch. Foi um sucesso. Tanto que Bayley resolveu escrever um segundo livro sobre o mesmo assunto. E, depois, um terceiro, transformando seu sofrimento com uma doença terminal num espécie de indústria. Agora a história do casal está para virar filme. Pergunado se não se sentia constrangido por confessar detalhes intímícolores da decadência física de sua mulher, Bayley respondeu apenas que, quando uma pessoa é velha, acaba pondo a vergonha de lado.

Pessoas de câncer também costumam sentir a necessidade de falar sobre sua doença. O cineasta italiano Nanni Moretti misturou passado e passo no tratamento de seu câncer no último episódio do filme *Guo-Dudu*. Susan Sontag fez o contrário: em vez de seguir o caminho da autobiografia, escrevendo a respeito do próprio câncer, ela preferiu investigar a doença como grande distanciamento intelectual, no ensaio *A Doença como Metáfora*. A tese de Sontag é oposta ao que o título indica. Para ela, a doença não deve ser vista como um instrumento de análise filosófica ou social, mas para e simplesmente como uma doença. Parece uma obediência. Não é. É difícil resistir à tentação de tirar alguma ensinância do sofrimento. Só que o sofrimento, infelizmente, não ensina nada. E a morte ensina menos ainda.

Não sei se é correto tornar público um assunto privado. Provavelmente não. Às vezes, porém, não existe um jeito correto de agir.

